

AS RELAÇÕES DE PODER EM SALA DE AULA EM *ENTRE OS MUROS DA ESCOLA*: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNO

Marília VERONESE

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini

Resumo: Com as exemplificações de situações cotidianas do meio escolar retiradas de três cenas do filme francês *Entre os muros da Escola* (2007), o objetivo deste artigo é analisar o discurso do professor François Marin e de seus alunos, a fim de compreender como são estabelecidas e mantidas as relações hierárquicas entre os lugares sociais da Instituição Escola e expandir para uma reflexão que vai além do filme. Essa proposta de análise foi baseada no modelo epistemológico do *paradigma indiciário*, desenvolvido por Carlo Ginzburg (1989), e teve como arcabouço teórico as contribuições da Análise de Discurso sobre a concepção de sujeito e de Louis Althusser (1985) sobre as relações de poder. A partir das análises é possível compreender que a relação entre professor e aluno não existe sem disputa de poder e por efeitos de sentido.

Palavras-chave: Análise de Discurso – Entre os Muros da Escola – Instituições – Relações de Poder - Relação professor aluno

1. INTRODUÇÃO

A reclamação dos professores e alunos em relação ao cotidiano escolar tem sido frequente nos últimos tempos, por isso a importância de se discutir a respeito de uma fase tão primordial na vida do ser humano. Sendo o professor uma das peças mais importantes desse período, é interessante refletirmos sobre sua atuação e como ela pode interferir na sua relação com seus alunos. Assim como também, pensarmos em como essa relação está presa ou pré-determinada pelas relações hierárquicas que regem o funcionamento da Escola, a qual não permite, por exemplo, outro tipo de relação entre professor e aluno que não seja o autorizado por ela, já que o próprio professor, constituído também pelo discurso dessa Instituição, tem que se portar de maneira a manter a disciplina e a regra na sala de aula. Essas reflexões me motivaram a estudar a respeito da prática docente.

Este artigo é um recorte da minha monografia de conclusão de curso, feita sob orientação da Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini, intitulada *A respeito das posições sujeito do professor: uma análise discursiva das relações em sala de aula* (VERONESE, 2013). O meu *corpus* de análise é o filme francês *Entre os Muros da Escola* (*Entre les Murs*, 2007), vencedor do prêmio Palma de Ouro no Festival de Cannes em 2008, dirigido por Laurent Cantet. O enredo dessa história se desenvolve em uma escola pública da periferia de Paris, sendo que a maioria das cenas se passa dentro da sala de aula de um oitavo ano.

A diferença cultural entre os alunos é muito forte, pois há imigrantes e descendentes de imigrantes, o que é um desafio para o professor de francês, François Marin, personagem principal do filme, pois, muitas vezes, o choque cultural é o responsável pelos conflitos entre os personagens.

Meu objetivo neste artigo é refletir sobre as relações de poder na sala de aula e como elas afetam a relação entre professor e alunos, baseando-me em três cenas do filme *Entre os muros da Escola (Entre les Murs, 2007)*. Com as exemplificações de situações cotidianas do meio escolar retiradas das cenas, analisarei os discursos do professor François Marin e de seus alunos a fim de compreender como são estabelecidas e mantidas as relações hierárquicas entre os lugares sociais da Instituição Escola e expandir essa análise para uma reflexão que vai além do filme.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Conceitos da análise de discurso: sujeito, história e linguagem

Para a Análise de Discurso, o sujeito é histórico, pois é marcado espacial e temporalmente. Aliada à noção de sujeito histórico, está também a noção de um sujeito ideológico, já que sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo (Brandão, 2002). “Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um tempo social. Dessa forma, como ser projetado num espaço e num tempo e orientado socialmente, o sujeito situa seu discurso em relação aos discursos do outro” (Brandão, 2002, p. 49). Esse “outro” não diz respeito apenas a seu destinatário, mas envolve “outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala” (Brandão, 2002, p. 49).

Dessa maneira, a Análise de Discurso questiona a concepção de sujeito como uno e centrado, pois sua fala é constituída de outros discursos e, sendo assim, o outro é incorporado como constitutivo do sujeito (Brandão, 2002, p. 50). A noção de homogeneidade a que linguagem era associada também não é compartilhada pela perspectiva da Análise de Discurso. “A linguagem não é mais evidência, transparência de sentido produzida por um sujeito uno, homogêneo” (Brandão, 2002, p. 50), pois o espaço discursivo é dividido entre o sujeito e o outro. Sendo assim, afetado pela língua e pela história, o sujeito de linguagem é descentrado, um sujeito discursivo que funciona pelo inconsciente e pela ideologia (Orlandi, 2012).

Authier-Revuz (2004, p. 12-13) classifica algumas das formas de heterogeneidade no discurso que indicam a presença desse outro: “o discurso relatado” (incluindo discurso direto e indireto); “as formas marcadas de conotação autonímica”, nas quais o locutor através de recursos como as aspas, ou itálico, por exemplo, marca o discurso do outro em seu discurso sem interromper o fio discursivo. Ainda segundo Authier-Revuz (2004, p. 17-18) há também formas mais complexas em que “a presença do outro não é explicitada por marcas unívocas na frase”, sendo assim, o discurso do outro aparece de maneira sugerida. Além disso, há um tipo de negociação entre a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada:

Impossibilitado de fugir da heterogeneidade constitutiva de todo discurso, o falante, ao explicitar a presença do outro através das marcas da heterogeneidade mostrada, expressa no fundo seu desejo de dominância. Isto é, movido pela ilusão de centro, por um processo de denegação em que localiza o outro e delimita seu lugar, o falante pontua o seu discurso, numa tentativa de “circunscrever e afirmar o um”. (Brandão, 2002, p. 57)

Authier-Revuz (2004) também apontou o questionamento da psicanálise diante da concepção de um sujeito centrado, de uma fala homogênea. De acordo com Authier-Revuz, (1982, apud Brandão, 2002, p. 55), o sujeito é analisado, então, segundo as seguintes características: “o sujeito é dividido, clivado, cindido”, “o sujeito é descentrado” e “o sujeito é efeito de linguagem”. De acordo com a primeira característica, o sujeito não se reduz a uma dualidade entre ele com o outro, mas se constitui também pelo inconsciente que provoca a cisão do eu. Diante da segunda característica, o sujeito pratica o lapso e o trocadilho, sem, no entanto, buscar aboli-lo. Assim, não “há centro para o sujeito” fora da sua ilusão, sendo esta “uma tendência necessária e normal para o sujeito, designada por Freud como ‘a função do desconhecimento do eu’”. Em sua terceira característica, o sujeito é visto como efeito de linguagem, pois, sob a perspectiva de Lacan, a linguagem é tomada como condição do inconsciente, sendo o inconsciente o discurso do outro.

Há duas ideias básicas na Análise de Discurso. A primeira é a de que o sentido e o sujeito não são dados *a priori*, pois são constituídos pelo discurso, sendo o sentido e o sujeito interpelados pela ideologia. Os sentidos das palavras não existem em si mesmo, segundo Pêcheux (1975, apud Brandão, 2002, p.62) “as palavras, expressões, proposições, mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que significa que elas tomam o seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inserem”. A segunda ideia é a de descentramento do sujeito: a “ideologia (relação com o poder) e o inconsciente (relação com o desejo) estão materialmente ligados, funcionando de forma análoga na constituição do sujeito e do sentido. Assim, o sujeito falante é determinado pelo inconsciente e pela ideologia” (Orlandi, 1986, apud Brandão, 2002, p.63).

Considerando que não há sentido sem interpretação, deve-se considerar então que não há o processo de interpretação sem ideologia. Por isso, sendo a linguagem a mediação do homem com o mundo, este é levado a interpretar constantemente todo objeto simbólico e, diante disso, o homem tem seus gestos de interpretação conduzidos pela ideologia que o interpela. Dessa maneira, a “ideologia (...) é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (Orlandi, 2012, p.46). “Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (Orlandi, 2012, p.17).

A ideologia, para a Análise de Discurso, é o que dá a direção nos processos de significação. Dessa maneira, a linguagem não é transparente e não carrega consigo os sentidos. No entanto, o sentido também não pode ser qualquer um, já que é guiado pela ideologia. E nesse gesto de interpretação a que o sujeito responde produzindo efeitos de sentido, tem-se a impressão de que o sentido já está determinado, e que não é possível outro que não fosse aquele. O que é produzido na relação do histórico e do simbólico é naturalizado (Orlandi, 2012).

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito afetado pela língua - com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. Pela língua, pelo processo que acabamos de descrever. (Orlandi, 2012, p.47)

No processo de significação *as condições de produção* também são determinantes, e envolvem os sujeitos, situação e memória discursiva. Elas equivalem, em sentido estrito, às condições imediatas da enunciação, como lugar, suporte e sujeito; já em um sentido amplo, correspondem ao contexto sócio-histórico e ideológico (Furlan e Megid, 2009).

A constituição do sujeito é o principal efeito ideológico, e por essa interpelação do sujeito pela ideologia é que se constitui a discursividade. Nessa condição, há o apagamento da inscrição da língua na história, o que produz no sujeito a sensação de que os sentidos são evidentes e que ele é a origem do que diz. Esse processo culmina na ilusão de que a linguagem é transparente. Entretanto, a linguagem, tanto quanto os sentidos e os sujeitos não são transparentes: em suas materialidades eles são constituídos por um projeto em que concorrem simultaneamente língua, história e ideologia. (Orlandi, 2012)

Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se não se submeter à língua a à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos. (Orlandi, 2012, p.49)

Para a Análise de Discurso o sujeito discursivo é definido pela sua posição-sujeito na cadeia do discurso, a partir da qual ele fala. Cada sujeito tem um lugar social e uma posição, sendo o modo como ele ocupa essa posição inacessível a ele, pois ele não tem consciência do interdiscurso que o constitui (Capellani e Megid 2007, p. 33). A partir da posição-sujeito, Orlandi (2012, p. 39-40), define a noção de relação de forças:

Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se ele falasse do lugar do aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno.

Assim, no discurso não está a presença física do sujeito, mas a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia” (Pêcheux, 1969, *apud* Brandão 2002, p. 36). As relações entre esses lugares são representadas por formações imaginárias, que significam “o lugar que o destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Brandão, 2002, p. 36).

Dessa maneira, de acordo com o conceito das formações imaginárias, o discurso é formulado a partir das imagens que resultam da projeção dos sujeitos. As imagens constituem as diferentes posições na relação discursiva, o que resulta no fato de que o sujeito que funciona no discurso não é, por exemplo, o operário empírico, mas o operário em sua posição discursiva produzida pelas formações imaginárias (Orlandi, 2012). Assim são produzidas, dentro de uma conjuntura sócio-histórica, as imagens dos sujeitos, bem como do seu objeto do discurso.

Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também a imagem da posição-sujeito interlocutor (quem é ela para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois todo um jogo de palavras que preside a troca de palavras. (Orlandi, 2012, p.40)

Esse imaginário é também constituído historicamente, a depender de como são regidas as relações sociais em determinada sociedade. Assim, a imagem que temos do professor, do delegado, do operário, por exemplo, é efeito do “confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e Instituições” (Orlandi, 2012, p. 42). Isso leva a crer que a fala de uma determinada posição-sujeito já esteja determinada. Entretanto isso não é uma regra, pois ela pode ser marcada por “propriedades diferenciais” (Brandão, 2002). Ademais, não é o que está sendo dito, ou quem diz que determina o sentido, pois os sentidos vão além das palavras. O sentido é determinado pelas condições de produção, pelas relações que o dizer estabelece com a sua memória, e pela sua associação a uma formação discursiva (Orlandi, 2012).

É a partir de uma mesma formação discursiva que sujeitos, situados em um mesmo contexto sócio-histórico, podem concordam ou não com certa sentido dado a um enunciado. Dessa maneira, a formação discursiva é definida pela Análise de Discurso como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. (Orlandi, 2012, p.43) Entretanto, dentro do próprio funcionamento das formações discursivas há heterogeneidade e contradição.

Embora uma formação discursiva determine a seus falantes “o que deve e pode ser dito” buscando uma homogeneidade discursiva, os efeitos das contradições ideológicas de classe são recuperáveis no interior da mesma “unidade” dos conjuntos de discurso. (Brandão, 2002, p. 40)

Por isso, os sentidos são múltiplos, já que eles dependem das formações discursivas, que por sua vez, são resultado das formações ideológicas. Assim, não há sentido que não seja determinado ideologicamente.

O sujeito da Análise de Discurso é, portanto, caracterizado pela dispersão, já que perde seu centro, e incorpora um discurso heterogêneo, assumindo diferentes vozes sociais. Assim, segundo Brandão (2002, p. 68), o sujeito é marcado por contradições

(...) nem totalmente livre, nem totalmente assujeitado, movendo-se entre o espaço discursivo do Um e do Outro; entre a “incompletude” e o “desejo de ser completo”; entre a “dispersão do sujeito” e a “vocalização totalizante” do locutor em busca da unidade e coerência textuais; entre o caráter polifônico da linguagem e a estratégia monofonizante de um locutor marcado pela ilusão do sujeito como fonte, origem do sentido.

2.2. Sobre a instituição

Segundo Althusser (1985), para que a produção ocorra é essencial a reprodução dos meios de produção, bem como a reprodução da força de trabalho. A fim de ser apta a trabalhar no complexo sistema de produção, essa força de trabalho deve ser competente, e diversamente qualificada, de acordo com a divisão social-técnica do trabalho, nos seus diferentes cargos e empregos. Essa reprodução da qualificação da força de trabalho tende a não ser mais no “local de trabalho”, e sim, cada vez mais, fora da produção através do sistema escolar capitalista e de outras instâncias e Instituições (Althusser, 1985, p. 57).

Além de aprender a ler e a escrever, na escola, os sujeitos são também instruídos de acordo com seus postos na produção, há um conhecimento dirigido, por exemplo, para quem será o operário, outro para o engenheiro, outro para os técnicos, outro para o futuro dono da fábrica etc. Junto a isso, a escola também ensina como cada um deve se comportar, de acordo com o cargo que está destinado a ocupar.

(...) regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Aprende-se também a “falar bem o idioma”, a “redigir bem”, o que na verdade significa (para os futuros capitalistas e seus servidores) saber “dar ordens”, isto é, (solução ideal) dirigir-se adequadamente aos operários etc... (Althusser, 1985, p. 58)

Ou seja, Althusser (1985) defende que, para a reprodução da força de trabalho é necessário, além da reprodução da qualificação, também a reprodução da submissão às normas da ordem vigente. Os operários devem ser submissos à ideologia dominante e os agentes de exploração e repressão devem ter total domínio dessa ideologia a fim de que eles assegurem também “pela palavra” o predomínio da classe dominante. Assim, a reprodução da qualificação da força de trabalho se assegura em e sob as formas de submissão ideológica (Althusser, 1985, p. 59).

Segundo Althusser (1985, p. 62), o Estado é concebido como um aparelho repressivo que permite às classes dominantes assegurar sua dominação sobre a classe operária. O Estado, segundo os clássicos do marxismo, é o *aparelho de Estado*, o que significa que não abrange somente as exigências da prática jurídica (política, tribunais, prisões), como também o exército; que pode intervir como força repressiva; o Chefe de Estado, o Governo e a Administração.

O objetivo da luta de classes diz respeito ao poder de Estado e, conseqüentemente, à utilização do aparelho de Estado pelas classes que detêm o poder de Estado em função de seus objetivos (Althusser, 1985, p. 66). Em razão disso, o proletariado deve tomar o poder do Estado para destruir o aparelho burguês existente, substituir o aparelho de Estado por um proletário, e em seguida elaborar um processo radical: o de destruição do Estado e, conseqüentemente, de todo o aparelho do Estado vigente (Althusser, 1985, p.66).

Além do aparelho repressivo do Estado, existem os aparelhos ideológicos do Estado (doravante AIE). Os aparelhos repressivos de Estado são: o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc. Já os aparelhos ideológicos de Estado são instituições distintas e especializadas: AIE religiosos (o sistema das diferentes Igrejas), AIE

escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e privadas), AIE familiar, AIE jurídico, AIE político (o sistema político, os diferentes partidos), AIE sindical, AIE de informação (imprensa, rádio, televisão), AIE cultural (Letras, Belas Artes, esportes) (Althusser, 1985, p. 68). O que distingue os aparelhos repressivos do Estado dos aparelhos ideológicos do estado é que os primeiros, em situações limite, funcionam através da violência, enquanto os AIE funcionam através da ideologia. Nenhuma classe pode, de forma duradoura, deter o poder do Estado sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser, 1985, p. 71).

No entanto, em certa medida, os aparelhos repressivos do Estado também funcionam secundariamente através da ideologia. O Exército e a Polícia, por exemplo, para garantir sua coesão e reprodução, bem como para disseminar os valores por eles propostos, se valem da ideologia. Assim também os AIE funcionam secundariamente através da repressão.

Dessa forma, a Escola, as Igrejas “moldam” por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção etc... não apenas seus funcionários mas também suas ovelhas. E assim a Família... Assim o aparelho IE cultural (a censura para mencionar apenas ela) etc. (Althusser, 1985, p. 70)

Althusser defende, então, que a reprodução das relações de produção é assegurada tanto pelo exercício do poder do Estado nos Aparelhos do Estado, quanto nos Aparelhos Ideológicos do Estado. O Aparelho Repressivo garante pela força as condições políticas da reprodução das relações de produção (relações de exploração). Da mesma maneira, ele também assegura, pela repressão, as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Assim, sob o escudo dos Aparelhos Repressivos do Estado, os AIE garantem a reprodução das relações de produção, pois é neles que se desenvolve o papel da ideologia dominante, a da classe dominante, que detém o poder do Estado (Althusser, 1985, p. 74). Ou seja, todos os AIE tem como finalidade a reprodução das relações de produção, ou seja, das relações de exploração capitalista, assim,

Cada um deles concorre para este fim único na maneira que lhe é própria. O aparelho político submetendo os indivíduos à ideologia política do Estado, a ideologia “democrática”, “indireta” (parlamentar) ou “direta” (plebiscitária ou fascista). O aparelho de informação despejando pela imprensa, pelo rádio, pela televisão doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc. O mesmo ocorre com o aparelho cultural (...). O aparelho religioso (...). O aparelho familiar (...) (ALTHUSSER, 1985, p. 78).

É a ideologia da classe dominante que rege toda essa organização. Antes a Igreja ocupava o lugar de AIE dominante. Entretanto, atualmente, o par Escola-Família substituiu o par Igreja-Família. A partir disso, Althusser (1985) defende que o Aparelho Ideológico de Estado dominante é o aparelho ideológico escolar, já que a Escola

se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o Maternal, e desde o Maternal ela lhes inculca, durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais “vulnerável”, espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante (...), ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (...). (Althusser, 1985, p. 79)

A partir do 16º ano, uma massa de crianças entra “na produção”: são os operários ou pequenos camponeses. Outra parte avança e caminha para cargos como funcionários pequenos e médios e pequenos burgueses, por exemplo. Outra parcela dessa juventude segue e estes se tornam os agentes da exploração e os profissionais da ideologia (Althusser, 1985, p. 79).

A ideologia de cada grupo está ligada ao papel a que o sujeito ocupa na sociedade de classe. Assim, o papel do explorado é ter a consciência profissional, moral, cívica, nacional e apolítica. Os agentes de exploração devem saber comandar e dirigir-se aos operários. Os agentes da repressão aprendem a comandar e a fazer-se obedecer “sem discussão”. É possível que se aprendam muitos desses “valores” em várias instituições como na Família, no Exército, na Igreja, por exemplo. No entanto, segundo Althusser (1985, p. 80), nenhum aparelho Ideológico do Estado dispõe durante tantos anos da audiência obrigatória, 5 a 6 dias da semana, numa média de 8 horas por dia, da totalidade das crianças da formação social capitalista. Por isso, o poder da Escola e a visão sobre ela ser o principal AIE.

Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia (uma vez que é leiga), aonde os professores, respeitosos da “consciência” e da “liberdade” das crianças que lhes são confiadas (...) pelos “pais”, conduzem-nas à liberdade, à moralidade, à responsabilidade adulta pelo seu exemplo, conhecimentos, literatura e virtudes “libertárias”. (Althusser, 1985, p. 80)

Os AIE representam a *forma* pela qual a ideologia da classe dominante deve necessariamente se realizar e a forma com a qual a ideologia da classe dominante deve necessariamente medir-se e confrontar-se. Por isso, as ideologias não nascem dos AIE, mas das classes sociais em luta: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta, etc. (Althusser, 1985, p. 107).

A perspectiva de Louis Althusser (1985), acima apresentada, diz respeito ao funcionamento das Instituições e de como elas corroboram para a estabilização das relações de poder em uma sociedade, destacando-se, principalmente, o papel da Escola. Bolognini (2007) debate as ideias de Louis Althusser (1985), com outros conceitos, os quais permitem que as Instituições, em especial a Escola, bem como as relações de poder, possam ser analisadas sob outra perspectiva.

Para Althusser, segundo Bolognini (2007), não bastaria que as máquinas de uma fábrica fossem passadas de geração em geração como garantia de que a posse delas permanecesse no mesmo grupo. Para que isso acontecesse seria necessário um comportamento naturalizado, a fim de se reproduzir as relações de poder, levando os donos das máquinas a agirem como aqueles que detêm o poder e os operários a agirem como aqueles sobre os quais é exercido o poder. Dessa maneira, a formação profissional estaria atrelada à ideologia. Diante disso, Althusser (1985) considera algumas Instituições como aparelhos ideológicos do Estado, e destaca o papel da Escola. Para ele, a função da Escola vai além de fazer os alunos aprenderem a ler e escrever, ou aprender o conteúdo das disciplinas, pois ela seria o lugar onde, por exemplo, as crianças aprenderiam a obedecer,

receber ordens e organizar seus horários. Assim, a ideologia está presente tanto na classe dominante como na dominada e cada uma aprende como deve comportar-se na sociedade. Logo, Althusser (1985) demonstrou que a ideologia tem uma materialidade. Nas práticas escolares, ela ocorre, por exemplo, quando o aluno deve ser pontual, organizar-se em filas, e com o uso do uniforme colocar-se como igual.

Para a Análise de Discurso, os objetos simbólicos produzem efeitos de sentido, ou seja, a linguagem não carrega em si o sentido. Sendo assim, a depender das condições de produção, um mesmo objeto simbólico pode ter diversos efeitos de sentido e é por isso que a linguagem não é completa e transparente, pois os efeitos de sentido não são únicos e absolutos. A ideologia, portanto, está nesse espaço de não-transparência e incompletude da linguagem. Para Althusser (1985), os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionariam como reprodutores de uma ideologia, a qual garantiria a estabilização das relações de poder de um grupo social. Entretanto, para Bolognini (2007) essa afirmação merece certos questionamentos.

De acordo com Bolognini (2007), a questão se desenvolve a partir da concepção de funcionamento do termo “reprodução” e do termo “ideologia”. Para a Análise de Discurso, a ideologia não existe em um ambiente sem sujeito, sem linguagem e sem discurso, que é a sua materialidade. Além disso, a ideologia é o que dá a direção nos processos de significação. Dessa maneira, a linguagem não é transparente e não carrega consigo os sentidos, no entanto, os sentidos também não podem ser quaisquer um, pois a ideologia permite que a interpretação dos sentidos tenha certa direção.

Bolognini (2007) então propõe que a estabilização das relações de poder em uma sociedade, pela Escola, seja pensada em uma perspectiva discursiva. Em Instituições como a Escola, os sujeitos seriam interpelados, de acordo com Althusser (op. Cit.), de maneira a reduzir a *Luta de Classes*, já que seriam evitados conflitos que pudessem desestabilizar essa estrutura social. No entanto, dentro das Instituições circulam inúmeros enunciados, emitidos de muitas posições-sujeito, que se encontram e entram em conflito.

Diante dessa questão, Bolognini (2007), retoma Guimarães (op. Cit), que afirma que o espaço da enunciação é político, sendo que o político é constituído pelas Instituições sociais que organizam desigualmente o real, e pela afirmação de pertencimento dos não-incluídos. Posições-sujeito ancoradas a diferentes interdiscursos constituem os espaços de enunciação das Instituições, nas quais circulam discursos normativos. No entanto, as diversas posições-sujeito, que as constitui, permitem que os materiais simbólicos tenham diversos efeitos de sentido. E isso ocorre, pois a linguagem é incompleta e não-transparente, além de as posições-sujeito serem interpeladas ideologicamente de diversas maneiras. Em consequência dessa diversidade de posições-sujeito, dentro das Instituições, diversas formulações são colocadas em disputa, negociações e conflitos, a fim de ser definido qual efeito de sentido é o mais adequado para o objeto simbólico em questão.

Diante disso, é que nas Instituições acontece a divisão social do trabalho de leitura ou interpretação, ou seja, nelas são definidos os efeitos de sentido dos objetos simbólicos de um grupo social. As Instituições, sendo formadas por uma hierarquia, dão condições de poder maiores para certos tipos de posições-sujeito, como professor, padre, pais, presidente. No entanto, como elas são constituídas por diversos enunciados de posições-

sujeito diferentes, há também nelas o espaço para a argumentação e confronto. Assim, se por um lado existem as posições-sujeito que tendem a estabilizar os efeitos de sentido dados pelas Instituições, há outras, como os filhos, alunos, por exemplo, que tendem a desestabilizar essas relações de poder produzindo outros efeitos de sentidos para os objetos simbólicos (Bolognini, 2007).

Dessa maneira, as Instituições seriam um espaço de enunciação em que há possibilidade de deslocamento dos efeitos de sentido do objeto simbólico ainda não estabilizados em uma sociedade (Bolognini, 2007). A heterogeneidade discursiva é resultado da diversidade de posições-sujeito que circulam na Escola, o que possibilita deslocamentos discursivos nesse espaço, bem como a existência de outros efeitos de sentido para um mesmo objeto simbólico. Assim, segundo Bolognini (2007), deve-se questionar a estabilização de uma ideologia, de maneira automática.

Além disso, nas Instituições, as relações de poder são bem definidas, e sendo assim, a posição-sujeito professor tem mais poder que a posição sujeito-aluno, na sala de aula, o que significa que essas duas posições-sujeito colocam discursos diferentes em movimento. Os discursos permitidos para um, não são os mesmos para o outro, assim, quem ocupa a posição-sujeito professor emite discursos que a constitui e estabiliza determinadas estruturas (Bolognini, 2007). Dessa maneira, apesar de a Escola ser uma das ferramentas para a estabilização das classes, as diversas posições-sujeito que se relacionam dentro dessa Instituição, sendo atravessadas por diferentes interdiscursos e ideologias, não permite que essa estabilização ocorra automaticamente.

2.3. Relações de poder

Podemos pensar em outro conceito, que também se relaciona à estabilização de poder: autoridade. Overné e Sangenis (2011, p. 11493) trazem a definição de autoridade, cuja raiz advém do latim *auctoritas*, que indica um conceito de poder, além disso, o termo deriva ainda de *auctor*, de *aurege*, que significa autor, aquele que produz. Overné e Sangenis (2011) afirmam que:

O esforço da busca da autoridade e por sua permanência como elemento que ofereça segurança e estabilidade é de tal forma, que este processo passa a eternizar a autoridade ao criar coisas: igrejas de pedras, monumentos do saber, a escola, a universidade. (OVERNÉ; SANGENIS, 2011, p. 11494)

De acordo com Overné e Sangenis (2011), olhando para a sala de aula, percebe-se que os papéis desempenhados nesse contexto são diferentes e diversos, a depender dos lugares sociais, das funções, das relações de poder que permeiam o imaginário dos sujeitos do funcionamento didático. Na pedagogia tradicional, é o professor quem conduz o processo pedagógico, pois ele detém o controle da situação de ensino e o dirige com autonomia, da maneira que deseja, a partir da sua compreensão do conteúdo a ser passado (Overné e Sangenis, 2011, p. 11494). Para isso, a relação professor-aluno depende de um contrato estabilizado entre Escola e sociedade e, junto a isso, a definição dos distintos papéis sociais. Essa relação produz, veladamente, expectativas, crenças e afetividade, que permeiam a interação na sala de aula.

Na sala de aula, em certa medida, as relações de poder engendradas estão ligadas de alguma maneira à compreensão de autoridade que vigora na sociedade. Ou seja, as relações de força em nossa sociedade são hierarquizadas e elas se fazem valer também na comunicação (Overné e Sanguis, 2011). Assim, o sujeito que fala a partir do lugar de professor tem suas palavras e conhecimento mais valorizados que os dos alunos. Além disso, a relação professor-aluno na sala de aula também é atravessada pelas *formações imaginárias* (Orlandi, 2012). Assim, aluno e professor fazem projeções a respeito um do outro, sendo que, por exemplo, o aluno vê o professor como aquele que detém o conhecimento e deve ser obedecido e o professor vê em seu aluno o sujeito que deve aprender o que ele ensina e obedecê-lo. Resultado disso é a hierarquia preservada, bem como a autoridade do professor (OVERNÉ e SANGENIS, 2011).

A hierarquia existe em todas as relações sociais, não seria diferente nas práticas da sala de aula, na qual se valoriza mais o conhecimento e a fala do professor que do aluno, por exemplo. Assim, pode-se entender que as práticas de poder e autoridade no ambiente escolar tem como alicerce algo já construído e aceito na sociedade. (OVERNÉ; SANGENIS, 2011).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem sua proposta de análise baseada no modelo epistemológico do *paradigma indiciário*, desenvolvido por Carlo Ginzburg (1989), que segundo Freud é um método “centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (Ginzburg, 1989, p. 149). Neste trabalho o modelo proposto por Ginzburg (1989) é interessante, pois possibilita encontrar nas cenas indícios, pequenos elementos, que levam para fatos mais amplos e essenciais para as análises.

Assim, a observação de sinais que, a princípio, passam despercebidos é essencial para que se chegue à interpretação do objeto de discurso. Não se trata de ler as estrelinhas ou mensagens subliminares, mas de buscar na própria materialidade significante indícios que levem a uma resposta de interpretação. O ponto essencial do *paradigma indiciário*, que “penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas”, centra-se na ideia de que se “a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (Ginzburg, 1989, p. 177), sendo que “nesse tipo de conhecimento entram em jogo elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição” (Ginzburg, 1989, p. 179). Portanto, esses indícios foram buscados nas cenas do filme *Entre os Muros da Escola* (*Entre les Murs*, 2007) a partir dos discursos e posturas das personagens, a fim de produzir as reflexões deste trabalho.

4. ANÁLISE DE DADOS

CENA 1: “Acha normal você se recusar a ler quando um professor lhe pede?” (00”37’50 – 00”40’18)

No final da aula, François chama Koumba até sua mesa, pois durante o dia ela se negou a fazer uma leitura solicitada por ele. Por isso, eles ficam na sala, após o término da aula, a fim de François lhe passar uma advertência. Enquanto o professor tenta conversar amigavelmente, a aluna se mostra impaciente, pois está apressada para ir embora, além de ser ríspida com ele. François então começa a se irritar e ignora a pressa da aluna, continuando a conversa até achar suficiente.

Nessa cena, a fim de exercer sua autoridade, François reforça para a aluna de que ele é o professor e, portanto, ela deveria respeitá-lo. O seguinte enunciado exemplifica essa afirmação:

François – (...) Acha normal você se recusar a ler quando um professor lhe pede? Acha normal?

O professor, nesse caso, está colocando em evidência a hierarquia da sala de aula. Ou seja, ele, como professor, tem o direito de pedir a Koumba para ler, pois ela, no lugar de aluna, não deve questionar um pedido seu. Entretanto, ela mostra que não pensa igual a ele. Sendo assim, há um confronto entre as *formações imaginárias* dos dois personagens, pois a imagem que o professor pensa que a aluna tem dele, não é a mesma imagem que a aluna tem do professor. Para François, provavelmente, ela deveria vê-lo como aquele a quem se obedece, no entanto, Koumba o confronta por pensar diferente. Por isso, ele pergunta à aluna se ela acha normal não obedecer a um professor, pois, para François, a maneira como Koumba se comportou é “anormal,” fuge do esperado, já que, na concepção dele, os alunos não devem contestar o que um professor diz ou pede. Percebe-se, diante disso, uma postura autoritária assegurada pelas relações de força que permeiam a sala de aula. O aluno não tem o direito de se recusar a ler, pois, por estar hierarquicamente acima do estudante, é o professor quem manda e o seu desejo deve ser respeitado.

Ainda nessa cena, à medida que François começa a perder a paciência com Koumba, ele passa a se comportar de maneira mais autoritária. Inicialmente está calmo, seu tom de voz é baixo e seus gestos mais contidos. Entretanto, como a aluna não muda sua postura, o professor se torna mais incisivo, mostra-se impaciente com a situação e começa a agir como uma espécie de inquisidor, pois quer que sua aluna se desculpe com ele. Nesse momento acontece o seguinte diálogo:

Koumba – Estou com pressa. A minha mãe está me esperando.

François – Mas primeiro quero que peça desculpas. Quero que peça desculpas pelo que fez há pouco. “Peço desculpas, professor, por ter sido insolente com você”.

Koumba – Desculpe. Tá bom?

François – Não, “desculpe”, não. “Peço desculpas, professor, por ter sido insolente com você”. Estou esperando.

Koumba – Desculpe ter sido insolente...

François – Não, “Peço desculpas, professor, por ter sido insolente com você”. Mas diga sinceramente. Quero que seja um pedido de desculpa verdadeiro.

A postura corporal de François é como a de um inquisidor. Ele está de pé, apoiado com as duas mãos sobre a mesa e o corpo inclinado em direção à Koumba. Em alguns momentos a menina se intimida, falando mais baixo, mas quando é arredia, François chama sua atenção. Muitas vezes ele faz um gesto com a caderneta, como quem aponta o dedo para alguém ao dar uma bronca. Outro aspecto que reforça o caráter autoritário do professor é o fato de ele usar muitos imperativos e, além disso, faz muitas negativas em relação às respostas da aluna, já que não aceita que Koumba parafraseie seu enunciado, devendo pedir desculpa exatamente como foi indicado.

Nesse caso, há um reflexo de como é entendido o processo de ensinar e aprender: aprender é repetir pelas mesmas palavras. Ou seja, François só acredita que Koumba é sincera, se ela usar as mesmas palavras que ele, pois assim, terá aprendido como se respeita um professor. Eni Orlandi denomina esse tipo de aprendizado mais comum nas escolas como aprendizado de efeito “papagaio”, aquele em que o aluno apenas repete o que o professor diz. Dessa maneira, esse tipo de ensino produz um conhecimento que não induz à crítica ou reflexão, pois os alunos não tem possibilidade de autoria. Sendo assim, nesse caso, o discurso pedagógico se caracteriza como autoritário, pois nesse tipo de discurso não há polissemia, ou seja, possibilidade de outras interpretações.

Nessa cena, há uma mudança da posição-sujeito do professor. Ao chamar Koumba para conversar, François se mostra próximo e ocupa uma posição-sujeito que pode ser caracterizada como “amigo”, pois ele demonstra que notou uma mudança no comportamento da aluna e quer saber o que teria provocado isso. Dessa maneira, ele se coloca como alguém próximo dos alunos, pois sabe o que se passa com eles e percebe quando estão diferentes. Entretanto, diante do modo como a aluna se porta, o que significa para François uma falta de respeito, ele tem sua posição-sujeito deslocada, pois o que ele diz o caracteriza como alguém “autoritário”. Nessa medida, a aproximação inicial se transforma em distanciamento, já que François se coloca como professor, enfatizando novamente as relações de poder.

CENA 2: “Não é uma questão de força, mas de disciplina!” (01”30’19 – 01”31’35)

Na cena que antecede essa em questão aconteceu o conselho de classe. Esmeralda e outra aluna foram as delegadas da sala e acompanharam o conselho. Entretanto, não tiveram o comportamento esperado, pois davam risada enquanto os professores faziam a reunião. No dia seguinte, na sala de aula, as duas alunas dizem a Souleymane que François o perseguiu no conselho de classe, o que não é verdade, mas elas utilizam um adjetivo que o professor dá a ele, “limitado”, para fazer a intriga. Com isso, inicia-se uma discussão, pois François pergunta a elas como achavam que delegadas deveriam se comportar em um conselho e quais suas funções. Além disso, o professor afirma que as alunas “tiveram uma atitude de vagabundas”, o que causa um alvoroço na sala de aula. Inicialmente, apesar de um pouco exaltado, François tenta argumentar em uma discussão que ele ainda mantém sob controle. Entretanto, quando Souleymane reage, o professor perde a paciência e eleva seu tom de voz. Seus gestos passam a ser mais incisivos e sua fisionomia também muda, demonstrando sua irritação. Ele está de pé, em frente aos alunos, e esses permanecem sentados.

Souleymane – Professor, não se fala assim com as garotas!
François – Olha quem fala! Está sempre insultando todo mundo!
Souleymane – O professor agora desconta nas garotas!
François – Esse número do nobre cavaleiro que vem em socorro das duas damas não cola!
Souleymane – Não fale comigo assim!
François – Pare de faltar aos seus professores com respeito.
Souleymane – Eu falo quando eu quiser!
François – Se continuar assim vai arranjar graves problemas!
Souleymane – Você acha que é durão?
François – Não é uma questão de força, mas de disciplina!
Souleymane – Quando quiser apanhar, é só dizer!

Durante essa discussão, a disputa pelo poder reaparece. François, nervoso com a situação, começa uma discussão com Souleymane, na qual os dois medem forças ao provocar um ao outro. O aluno não respeita a hierarquia na sala de aula, por isso, o professor procura lembrá-lo que ela existe e que, portanto, deve ser respeitado (“Pare de faltar aos seus professores com respeito!”). Nas Instituições as relações de poder são bem definidas, sendo assim, na sala de aula, a posição-sujeito professor tem mais poder que a posição sujeito-aluno, o que significa que essas duas posições-sujeito colocam enunciados diferentes em movimento. Os discursos permitidos para um, não são os mesmos para o outro, assim, quem ocupa a posição-sujeito professor emite discursos que a constitui e estabiliza determinadas estruturas (Bolognini, 2007). Nesse caso, mais uma vez, como François quer se colocar como autoridade na sala de aula, ele enfatiza aos alunos seu papel social, se posicionando, portanto, como alguém superior a eles.

No entanto, o aluno, a fim de enfrentá-lo, não aceita receber suas ordens (“Eu falo quando eu quiser!”). Nesse caso, Souleymane não vê o professor como alguém que deve ser respeitado e obedecido e se coloca no mesmo patamar que ele. Entretanto, François também o ameaça, pois ele tem poder para isso na posição em que está (“Se continuar assim, vai arranjar graves problemas”). O professor prevê graves problemas para o aluno, pois ele sabe que a Escola pune quem é indisciplinado, sendo assim, François tem as regras a seu favor. Ao se irritar com a ameaça, o aluno pergunta se ele se acha durão, ao que o professor responde: “Não é uma questão de forças, mas de disciplina”. François diz isso, pois na condição de professor, ele tem a obrigação de manter a disciplina na sala de aula. A Instituição consegue o controle da indisciplina sem o uso da força, pois a hierarquia dentro da Escola favorece a instauração de regras que quando não cumpridas implicam em punição. Nesse caso, pode-se perceber que apesar de o aluno se colocar diante do professor de maneira mais agressiva, como quando Souleymane tenta intimidá-lo (“Quando quiser apanhar é só dizer!”), não é a força que determina quem tem o controle da situação, mas sim a hierarquia da sala de aula que dá ao professor, e não ao aluno, a condição de punir. Desse modo, mesmo com esta disputa pelas relações de poder, o professor tem sua autoridade preservada, pois tem o respaldo da hierarquia e da Instituição.

CENA 3: “Vocês precisam entender que eu sou o professor e posso dizer certas coisas e os alunos não!” (01”36’25 - 01”37’16)

A coordenadora pedagógica da escola pergunta a François se é verdade que ele havia chamado duas alunas de “vagabundas”. Ele disse que foi um incidente, e após conversar com a coordenadora, vai até o pátio tirar satisfação com as meninas, por terem o denunciado. Elas dizem que queriam que ele fosse punido assim como eles são e, a partir disso, inicia-se uma discussão, com vários alunos. O professor está no centro e cercado por muitos deles. Conforme se irrita com a situação, o professor aumenta o tom de voz, muda sua expressão facial, e começa a fazer gestos mais expressivos.

François (exaltado) – Repete! São uns “filhos da mãe”? É incrível, digo uma palavrinha de nada e ficam todos nervosinhos. Você diz “filho da mãe”, e eu não posso dizer nada?

Carl (irritado) – Mas eles são “filhos da mãe mesmo”!

François – Já chega, não acha?

Esmeralda – Você diz vagabunda, nós dizemos “filho da mãe”. É a mesma coisa!

François – Não é a mesma coisa! Vocês precisam entender que eu sou o professor e posso dizer certas coisas e os alunos não! E é assim mesmo!

Carl, Esmeralda e os outros alunos enfrentam François, pois desejam que professores e alunos sejam punidos na mesma medida. Eles estão incomodados com o fato de Souleymane passar por um julgamento do conselho, pois após a discussão da cena analisada anteriormente, o aluno sai da sala nervoso e, sem ter a intenção, bate com a sua mochila no rosto de Khoumba, que começa a sangrar. Após o incidente, o professor o leva para a diretoria, e o caso é encaminhado para o conselho de classe, o qual julgará se Souleymane deve ser expulso.

Nessa cena, os alunos querem se igualar aos professores, alegando que se eles são punidos, os professores também devem ser quando fazem algo errado e, nesse mesmo sentido, os alunos também podem dizer o que querem assim como os professores. Isso fica claro quando a aluna rebate François ao perceber que ele se ofendeu com a maneira como o chamaram durante a discussão: “Você diz vagabunda, nós dizemos filho da mãe.” O xingamento dado ao professor é uma maneira de amenizar o palavrão “filho da puta”. Dessa maneira, a aluna faz um paralelismo entre os palavrões “vagabunda” e “filho da mãe”, de modo que eles se equivalham, pois se elas são vagabundas, nome que também é associado à prostituta, a mãe de seu professor também é.

Entretanto, François, não aceita ser tratado do mesmo modo e, a fim de se defender, recorre, mais uma vez, à autoridade pela hierarquia, ou seja, como ele é o professor, certas coisas são a ele permitidas e aos alunos não, e não há nada que mude isso, por isso argumenta: “Vocês precisam entender que eu sou o professor e posso dizer certas coisas e os alunos não! E é assim mesmo!”. François afirma isso, pois as Instituições são constituídas por uma hierarquia, há condições de poder maiores para certos tipos de posições-sujeito e papéis sociais, como professor, padre, pais, presidente (Bolognini, 2007).

No entanto, como a Escola é constituída por diversos enunciados de posições-sujeito diferentes, há também nela o espaço para a argumentação e confronto. Assim, se por um lado existem as posições-sujeito que tendem a estabilizar os efeitos de sentido dados pelas Instituições, há outras, como os filhos, alunos, por exemplo, que tendem a desestabilizar essas relações de poder produzindo outros efeitos de sentidos para os objetos simbólicos (Bolognini, 2007). Ou seja, nesse caso, apesar de a Escola e os docentes, esperarem que os alunos interpretem, por exemplo, a ida de um deles ao conselho como uma medida punitiva correta, os alunos, ao contrário, a interpretam como autoritarismo e, portanto, esperam que os professores também passem pelo mesmo processo de advertência que eles são obrigados a passar. Além disso, essa situação também exemplifica uma característica da linguagem, pois o professor pensa que chamar as alunas de “vagabundas” não é algo grave, já os alunos pensam o contrário. Isso mostra a opacidade da linguagem e a impossibilidade de controle dos efeitos de sentido, pois, por mais que o professor tente argumentar, a fim de deslocar o efeito de sentido que seus alunos atribuíram ao seu enunciado, ele não consegue mudar a interpretação deles sobre o ocorrido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das cenas permite que possamos reconhecer quais fatores influenciam na relação entre professor e aluno na sala de aula, pois apesar de se tratar de um contexto específico (um filme), as reflexões ultrapassam o limite entre ficção e realidade. Ao longo do filme foi possível observar que apesar de François tentar estabelecer uma relação de proximidade com os alunos, na maioria das vezes isso não foi possível. O conflito desse professor ocorre devido ao fato de que ele fica entre cumprir normas, que exigem punição, e ao mesmo tempo tenta ser amigo de seus alunos, o que faz François parecer contraditório.

No entanto, considerando a concepção de sujeito tal qual proposta pela Análise de Discurso, é compreensível que o professor tenha diversos comportamentos, pois o sujeito tem um inconsciente, que é constituído por diversos discursos. Dessa maneira, os sujeitos enganam-se em acreditar que são fonte do que dizem, pois na verdade são marcados pela história de seus dizeres e pelos de todos que já foram ditos por outros. Tudo o que é falado pertence a uma *formação discursiva* determinada por certa *formação ideológica*, que contém uma ou mais formações discursivas que se relacionam, determinando o que pode ser dito, dessa maneira, esses sujeitos falam o que lhes é autorizado a partir de suas posições, sendo que esse fato tem um importante papel no funcionamento do controle das Instituições (Furlan e Megid, 2009, p.13). Portanto, o fato de François ser constituído por outros discursos, inclusive o da Instituição Escola, que prega pela ordem e pela disciplina, não permite que ele tenha um comportamento imutável tendo, assim, que punir seus alunos quando necessário.

Além disso, as *formações imaginárias* também permeiam a relação entre professor e aluno. “Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lher falar assim?), mas também a imagem da posição sujeito interlocutor (quem é ela para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou

lhe falando, do que ele me fala?)” (Orlandi, 2012, p.40). Essas imagens são responsáveis por determinar o modo como se relacionam professor e aluno. Desse modo, os conflitos também surgem quando há divergências entre as formações imaginárias desses lugares sociais, pois o aluno pode não ter o comportamento esperado pelo professor, bem como também pode acontecer o contrário.

Ademais, segundo Furlan e Megid (2009, p. 12), o discurso pedagógico “seria caracterizado como um discurso autoritário que se apresenta como próprio de uma Instituição, a escola, na qual ele tem origem e também para a qual ele garante estabilidade”. Sendo assim, as imagens das *formações imaginárias* circulando no movimento do discurso pedagógico garantem a autoridade ou, em alguns casos, o autoritarismo do professor (Furlan e Megid, 2009, p.14). O professor François em vários momentos utilizou sua autoridade para ser autoritário e evitar a discussão de algum assunto a fim de impor sua vontade que, na verdade, é reflexo das regras impostas pela Instituição. Dessa maneira, impedindo a polissemia e deixando de ouvir seus alunos, ele se tornava autoritário.

As cenas do filme *Entre os Muros da Escola (Entre les Murs, 2007)* permitiram uma análise que se estende para a realidade das escolas. As relações hierárquicas vigentes nessa Instituição fazem com que o professor assuma um lugar de poder em sua sala. Como a Escola institucionaliza papéis para professores e alunos, para cada um deles certas práticas são aceitas e outras não, desde o espaço que cada um pode ocupar até qual saber é o autorizado, sendo que essa legitimação é autorizada para o professor e não para o aluno. Sendo assim, para ocupar esse lugar social deve-se impor obediência às ordens, discurso reforçado pela Instituição Escola que, nesse sentido, atua como um aparelho ideológico, e diante dessa obediência, conseqüentemente, o distanciamento entre quem está no lugar de professor e quem está no lugar de aluno. Sendo assim, nos momentos de conflito, a fim de manter a disciplina (uma das regras da Escola), o professor se torna autoritário. No entanto, como é sujeito, o professor é constituído por diversos discursos, o que não permite que ele tenha o mesmo comportamento todo o tempo. Desse modo, quando tenta se aproximar de seus alunos, esses muitas vezes não entendem, já que as imagens que circulam entre as posições-sujeito da Escola não correspondem com uma relação pessoal, mais próxima, entre professor e aluno.

Ademais, podemos entender, portanto, que os conflitos em sala de aula surgem, pois nela convivem sujeitos interpelados por diferentes ideologias e constituídos por diversos discursos, sendo assim, seus gestos de interpretação também serão diferentes. Não se pode esperar que o comportamento de cada um desses sujeitos, a partir de seus lugares sociais, seja imutável já que tendo um inconsciente, constituído por diversos discursos, a posição-sujeito de cada um não é fixa. A boa relação entre professor e aluno é possível, no entanto, não sem disputa de poder ou por efeitos de sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. (1985). **Aparelhos Ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

- AUTHIER-REVUZ, J. (2004). Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso *in* AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 11-78.
- BOLOGNINI, C. Z. (2007). Refletido sobre a escola como Instituição: O lugar de diferentes efeitos de sentido *in* KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.) **Linguística Aplicada: suas faces e interfaces**. Campinas: Mercado das Letras, p. 73-81.
- BRANDÃO, H. H. N. (2002). **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp.
- CAPELLANI, A. P. L.; MEGID, C. M. (2007). Mas... o que não é possível? Efeitos das posições dos sujeitos em *A Vida é Bela* *in* BOLOGNINI, C. Z. (org.). **Discurso e Ensino: O Cinema na Escola**. Campinas: Mercado das Letras. p. 29-34.
- FURLAN, C. C.; MEGID, C. M. (2009). Língua em Movimento na Sala de Aula *in* BOLOGNINI, C. Z. (Org.) **Discurso e Ensino: Práticas de Linguagem na Escola**. Campinas: Mercado das Letras, p. 9-18.
- GINZBURG, C. (1989). Sinais: Raízes de um paradigma indiciário *in* **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 143-179.
- GUIMARÃES, E. (2010) **Os limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas: Editora RG.
- ORLANDI, E. P. (2012). **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, Pontes Editores.
- OVERNÉ, C. A.; SANGENIS, L. F. C. (2011). **Concepções e Práticas de Autoridade e Poder na relação professor aluno**. *In* X Congresso Nacional da Educação – EDUCERE. Curitiba, p. 11490-11499. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6539_4007.pdf>. Acesso em: 18 maio 2012.
- Entre os Muros da Escola** (filme). Direção: Laurent Cantet. Produção: Caroline Benjo e Carole Scotta. Distribuição: Imovision. 2008. 1 DVD (128 min).